

X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL
UFPE – 26 a 30 de abril de 2010, Recife.
Associação Brasileira de História Oral – ABHO

Profa. Dra. Maria Paula Nascimento Araujo
Departamento de História, UFRJ

Título da comunicação:

“Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada”.

RESUMO

A presente comunicação pretende discutir aspectos da memória política das esquerdas no Brasil e na Argentina, enfocando especificamente a memória da luta armada. Ou seja: como é lembrada, enquadrada e avaliada, hoje, nos dois países, a experiência da luta armada. Para tanto utilizaremos depoimentos de ex-militantes de organizações armadas, brasileiros e argentinos, cotejados com artigos de imprensa – especificamente a imprensa de esquerda – e alguns exemplares da recente filmografia produzida nos dois países sobre este tema. Nossa hipótese central é que existem diferenças significativas entre o Brasil e a Argentina no que toca ao enquadramento da memória da luta armada – que remetem a diferentes processos históricos e distintas culturas políticas. Esta comparação nos permite uma reflexão sobre o impacto das injunções políticas do presente na construção da memória.

A Argentina foi sem dúvida pioneira na discussão sobre a memória do período da ditadura militar. Intelectuais das mais diversas formações, historiadores, militantes de direitos humanos e familiares de presos e desaparecidos políticos se reuniram em torno da consigna, “lembrar para não esquecer, para não repetir”. O resgate da memória do que se tinha passado naqueles anos de ditadura revelou-se uma arma de denúncia da repressão e do terrorismo de Estado. A memória era usada como um instrumento político que impedia o esquecimento e reivindicava a justiça. A memória trazia à tona os crimes do Estado assim como também permitia a recuperação simbólica – para as famílias – de milhares de desaparecidos. Mais do que isso: a memória permitia a inscrição destes desaparecidos na história do país. A Argentina foi pioneira na publicação de livros sobre este tema (a memória da repressão) e na realização de manifestações políticas que se calçavam na memória – que lembravam os nomes dos torturadores, marcavam suas casas, estampavam suas imagens em cartazes. Com este tipo de iniciativas – tanto no campo político quanto intelectual – calcadas na dimensão política da memória e do esquecimento, Argentina inspirou diversos países na América Latina.

É particularmente importante a contribuição que alguns pesquisadores argentinos têm dado no campo da reflexão sobre a produção das memórias da repressão: não apenas na recuperação e difusão destas memórias (sobretudo aquelas que Michel

Pollak chamou de “*memórias subterrâneas*”¹) mas também na reflexão crítica sobre o próprio processo de construção de memórias sociais e políticas na Argentina atual. Neste sentido é particularmente interessante o trabalho de Elizabeth Jelin. A pesquisadora coordenou um projeto de pesquisa sobre “*Memória colectiva y represión: perspectivas comparativas sobre el proceso de democratización en el cono sur de América Latina*”, em que destaca o aspecto essencialmente político e o caráter inelutavelmente conflitivo da construção social de memória(s) sobre o período da ditadura militar. No texto “*Memorias en conflicto*”², Jelin afirma:

“*En cualquier momento y lugar es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado compartidas por toda una sociedad, Lo que hay es una lucha política, y no pocas veces esa lucha es concebida en términos de lucha contra el olvido*”³.

Mais recentemente a produção historiográfica acerca da memória, com base em depoimentos orais, tem sido questionada por alguns intelectuais argentinos que afirmam que o país vive um *boom* de memórias do período da ditadura e que estas memórias reificam a experiência daquela época. Esta é a discussão que Beatriz Sarlo propôs em seu livro “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*”.⁴ Sarlo coloca em questão a construção de uma historiografia baseada prioritariamente no testemunho. Para ela o testemunho e a valorização das memórias da repressão não necessariamente ajudam a compreender o processo vivido. Entre outros motivos porque a produção do testemunho e a construção social da memória estão sempre informadas pelas contingências do presente e sempre marcadas pelos usos políticos do passado.

Nos últimos anos, uma nova discussão, envolvendo as complexas relações entre memória, esquecimento e política vem sendo travada entre os intelectuais de esquerda na Argentina. Uma discussão que envolve a história e a memória da luta armada.

Mais de 20 anos depois do fim da ditadura militar setores da esquerda e da intelectualidade que, de alguma forma, foram ligados às organizações de luta armada da década de 70, estão realizando uma revisão, fortemente autocrítica desta experiência. As questões levantadas não se referem apenas ao aspecto da “eficácia” ou não da luta armada (tema que marca o debate brasileiro sobre a questão). Mas do que isso: os pontos que são discutidos se referem aos aspectos ético-morais da luta armada. Para além da questão da eficácia, se coloca a questão da justiça. O que muitos levantam é um questionamento sobre os métodos da guerrilha (seqüestros, *justiçamentos*, julgamentos e execuções legitimados por um “tribunal popular”); *métodos que aproximarían as ações das esquerdas da lógica militarista da própria ditadura e que as distanciarían de uma lógica humanista*.

O que podemos perceber é que a memória e o próprio debate sobre a luta armada se apresentam de forma bem diferenciada no Brasil e na Argentina.

¹ Pollak, Michel “*Memória, esquecimento e silêncio*”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 2, N.3, 1989.

² Jelin., Elizabeth, “*Memorias em conflicto*”, PUENTES, Buenos Aires, N. 1, agosto, 2000.

³ Idem, pp 7

⁴ Sarlo, Beatriz “*Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*”, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007.

No Brasil a discussão sobre a luta armada não está tão presente como na Argentina. A experiência da luta armada cristalizou-se no imaginário brasileiro a partir de alguns livros e filmes que, de certa forma, *glamorizaram* esta experiência. “Os Carbonários”, de Alfredo Sirkis; “Em câmera lenta”, de Renato Tapajós; “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira são alguns dos mais conhecidos. A trajetória das organizações armadas e dos guerrilheiros é mostrada envolta em sentimentos de medo, de dor, mas também de heroísmo e de coragem. Os personagens são jovens idealistas (talvez ingênuos, talvez equivocados) mas movidos pelo ímpeto revolucionário da época, inspirados pelas figuras de Che Guevara, Mao Tsé Tung e Ho Chi Min.

Os principais dirigentes das organizações armadas nos depoimentos que fazem hoje sobre esta experiência, costumam passar uma mesma idéia: a luta armada foi valorosa mas equivocada. No livro “*Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*”⁵ reproduzi trechos dos depoimentos de algumas destas lideranças entrevistadas para o Projeto Memória do Movimento Estudantil⁶. Daniel Aarão Reis, atualmente historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, na época era militante e dirigente do MR-8. Em seu depoimento ele afirma que a luta armada promoveu um isolamento das esquerdas não apenas do conjunto da sociedade brasileira mas até mesmo das massas estudantis (berço da militância armada). Este isolamento foi o responsável pela derrota política e militar da experiência armada:

*O resultado foi desastroso. Em um, dois ou três anos, as organizações estavam dizimadas, porque o projeto que elas tinham de enfrentamento radical com a ditadura realmente não era compartilhado pela sociedade.*⁷

O jornalista Franklin Martins – outro dirigente do MR-8 concorda com a avaliação de Daniel.

*Eu acho que a luta armada foi um equívoco político, eu não tenho a menor dúvida disso. Era uma forma de luta que o povo não podia participar, e por isso mesmo você tendia a isolar um segmento do que havia de melhor na vida política brasileira, do que havia de mais generoso, de mais capaz de transformar, com mais energia. Você isolou isso do conjunto e permitiu que isso fosse aniquilado, então foi um erro.*⁸

Mas Franklin, em seu depoimento, não deixa de construir uma justificativa para a luta armada. Segundo ele, a luta armada pós AI-5 foi a reação tardia ao golpe de 64.

⁵ Araújo, Maria Paula. “Memórias estudantis: da fundação da UNBE aos nossos dias”. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2007.

⁶ O Projeto Memória do Movimento Estudantil, patrocinado pela Fundação Roberto Marinho, pelo Museu da República e pela própria UNE, coletou e organizou entrevistas de militantes e dirigentes da UNE de várias épocas. As entrevistas estão disponibilizadas no site www.mme.org.br

⁷ Depoimento Daniel Aarão Reis, IN: Araújo, Maria Paula. “Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias”.Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2007.

⁸ Depoimento de Franklin Martins. IN: Araújo, Op.cit.

De certa forma é a resposta ao trauma de 1964, onde em 1964 não se reagiu, não se fez nada. Quando veio 1968, a reação foi: “Agora nós vamos reagir”. Luta armada até 1968 era uma coisa desse tamaninho. Era o Marighela e a VPR, cada um com 50, 60 pessoas, não mais do que isso. Uma admiração do resto das outras organizações, dos militantes, respeito pela opção que tinham feito, mas não tinham engajamento naquilo. A partir do AI-5 ao contrário. Você vai ter durante dois ou três anos um movimento enorme de recrutamento, de adesão, de participação – de onde? Do movimento estudantil, da intelectualidade e dos poucos segmentos da classe operária que chegaram a se mexer naquele período.⁹

Com isso se constrói uma noção de que a luta armada era justificada politicamente, correta na sua concepção mais geral porém, inadequada em termos de tática política. Esta visão pode ser sintetizada na fala de José Dirceu, atual quadro político do governo Lula, na época militante da Dissidência Comunista de São Paulo:

Acho que a luta armada foi errada no sentido que ela se transformou numa única forma de luta e ainda ganhou um caráter militarista, vanguardista. O Brasil naquele momento havia legitimidade e, do ponto de vista ético, justificativa para uma resistência armada contra a ditadura, porque a ditadura havia rompido a legalidade do país, rasgado a constituição, se imposto pela força, e o país vivia um regime autoritário, um regime ditatorial. A resistência armada era não só necessária como justificável e, eticamente, defensável. O problema não era esse.¹⁰

Esta é, em síntese, a visão da luta armada construída por seus antigos dirigentes e, de certa forma, consagrada e respaldada na cultura e em amplos setores da sociedade brasileira.

Recentemente o cinema tem apresentado alguns filmes que questionam esta visão da luta armada e por isso mesmo, geraram muita polêmica. Entre eles dois merecem destaque: “*Ação entre amigos*”, de Beto Brandt (1998) e “*Cabra cega*”, de Toni Ventura (2004). O filme “*Ação entre Amigos*” provocou desconforto entre espectadores de esquerda. No filme, vinte anos depois do fim da ditadura militar, quatro amigos que estiveram presos juntos vão passar o final de semana no interior, pescando e reconhecem (ou acreditam reconhecer) transfigurado num morador pacato e provinciano, o homem que os havia torturado e que seria o responsável pela morte de vários companheiros entre eles, a esposa de um deles. Os quatro amigos decidem então seqüestrar e matar o torturador. O torturador quando capturado, joga com os

⁹ Depoimento de Franklin Martins, IN: Araújo, Op.cit

¹⁰ Depoimento de José Dirceu. IN: Araújo, Op.cit

sentimentos dos quatro, insinua, blefa, instala a desconfiança, sugere traições. Como resultado os quatro amigos não apenas matam o torturador mas também se destroem e chegam a matar um deles, convencidos de sua traição. A tese do filme, que provocou desconforto entre militantes de esquerda, é que a lógica da guerrilha, a lógica da violência, é destrutiva para todos – para vítimas e perpetradores. Beto Brandt, o diretor do filme, não viveu os “anos de chumbo”, nasceu em 1965 depois do golpe militar de 64. Quando lançou “*Ação entre Amigos*”, em 1998, tinha pouco mais do que 30 anos. Seu filme portanto tinha uma tese produzida a partir da reflexão intelectual e da sensibilidade artística. Nenhuma relação com a *experiência* dos fatos.

O filme “*Cabra Cega*” tem uma visão mais lírica dos militantes: um guerrilheiro ferido é escondido no apartamento de um simpatizante e cuidado por uma outra jovem militante. Os dois se apaixonam. O esconderijo é descoberto e cercado. Os três, sem possibilidade de sobreviverem ao cerco, saem pela porta da frente atirando com pistolas, fuzis e metralhadoras, num final meio apologético que lembra a última cena do filme “*Butch Cassidy*”. Toni Ventura, o diretor, mostra neste filme uma visão simpática e cética em relação à guerrilha e aos militantes: encurralados, sem saída, mas corajosos e heróicos – e também apaixonados.

O seqüestro do embaixador americano foi a mais espetacular ação armada realizada pelas organizações guerrilheiras no Rio de Janeiro. Ela foi pensada, em primeira instância, por um grupo de militantes da Dissidência da Guanabara. Franklin Martins foi um dos participantes e em seu depoimento ele relembra o processo de organização da ação.

Era uma operação militarmente muito simples. Tão simples que nós dissemos o seguinte: “vamos chamar outras organizações”. Nós éramos a favor da unidade das organizações. Decidimos chamar outras organizações para participar. Acabamos chamando o pessoal da ALN para participar, eles mandaram um militante. Quem dirigiu a operação foi o Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, que era um operário de São Paulo. Tinha curso em Cuba, treinamento em Cuba, era um quadro militar experiente, embora a operação desse para fazer sem o Jonas. A operação militarmente não tinha problema algum. Era mais simples do que qualquer coisa que nós fazíamos normalmente. Mas eles mandaram o Jonas e o Toledo, que era o segundo homem da ALN, depois do Marighela. Era o Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como Toledo, um velho dirigente do Partido Comunista, veio para participar do comando político da operação. O comando político era eu e o Toledo, o comando militar era o Jonas.¹¹

Do ponto de vista estritamente militar o seqüestro foi um sucesso. Os 15 presos políticos exigidos em troca da vida do embaixador foram libertados e enviados para fora do país. O embaixador foi solto na saída de um jogo no Maracanã. O episódio do seqüestro do embaixador americano moldou o imaginário da luta armada no Brasil. O livro de Gabeira e o filme que Bruno Barreto fez sobre ele em 1997 ajudaram a criar a

¹¹ Depoimento Franklin Martins. IN: Araújo, Op. cit.

imagem de uma luta armada cordial na qual os reféns eram poupados e os guerrilheiros escapavam ilesos. Na ocasião ninguém foi preso mas depois sim. Jonas, o comandante da operação foi preso 40 dias depois e torturado até a morte.

O debate que se instalou na Argentina nos últimos anos vai além da discussão sobre a eficácia da luta armada. É um debate que questiona seus próprios postulados ético-morais. Nesse sentido podemos dizer que a memória da luta armada na Argentina hoje é bastante diferente da memória da luta armada no Brasil. Mas antes de avançarmos na discussão sobre as diferenças da memória, vejamos um pouco das diferenças da história da luta armada nos dois países.

As experiências de luta armada vividas no Brasil e na Argentina foram muito diferentes. Na Argentina, as organizações armadas foram muito mais numerosas e tiveram uma ousadia muito maior, em termos de ações, confrontos, embates e propaganda política. Invasões a quartéis militares, sequestros de policiais e de executivos de grandes empresas, *justiçamentos*, confrontos armados com forças policiais eram divulgados em jornais clandestinos e semi-clandestinos, que pregavam abertamente a guerra revolucionária. No Brasil, as organizações armadas não foram tão numerosas nem tão ousadas. As ações armadas tinham por principal objetivo a aquisição de armas e dinheiro e os sequestros (geralmente de eminentes diplomatas estrangeiros) visavam à libertação de presos políticos. Diferentemente da Argentina, um número muito menor da sociedade se envolveu na luta armada. Apesar de Jacob Gorender ter utilizado a expressão “imersão na luta armada”¹² para designar a atuação das esquerdas após 1968, no Brasil, esta imersão geral concentrou-se, principalmente, na liderança universitária.¹³ Já na Argentina, as principais organizações armadas, como os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), envolveram milhares de pessoas, sobretudo jovens.¹⁴

Na década de 1970, no período de maior radicalização política e disseminação da luta armada circularam também jornais de organizações clandestinas que pregavam abertamente a luta armada e propagandeavam seus atos militares. Entre estes jornais o mais emblemático foi, sem dúvida, a publicação **Estrella Roja**, órgão de divulgação do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP).

O jornal **Estrella Roja** – publicação clandestina da década de 70, é um objeto de estudo interessante para os pesquisadores que estudam e comparam o ambiente político do Brasil e da Argentina. O jornal fazia abertamente a propaganda da luta armada, divulgando as ações armadas do ERP, de uma forma que as organizações brasileiras nunca ousaram fazer. O jornal mantinha uma coluna intitulada “*Crônica de la guerra revolucionaria*”, com um relato das ações armadas do comando da organização: invasão de quartéis militares, confrontos com as forças policiais, seqüestros, “justiçamentos” e assassinatos, incitando a população a realizar a “justiça popular”. No N. 23 de 1972 há um artigo sobre o tema intitulado: “*La justicia popular es la justicia de los explotados*”, no qual o jornal define e defende esta justiça:

¹² Gorender, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

¹³ Araújo, Maria Paula “*Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*”, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2007.

¹⁴ Svampa, Maristella, “*El populismo imposible y sus actores, 1973-1976*” IN: James, Daniel (Org.) *Nueva Historia Argentina*, Vol. IX, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2000.

“es justicia popular la acción de ajusticiar a un torturador, de seqüestrar a un explotador y sacarle aunque mas no sea una parte de las riquezas que dia a dia nos roba (...)”.¹⁵

O jornal divulgava as ações de justiça popular feitas pelo ERP, entre elas, o seqüestro e o justicamento de policiais. Nestes casos exibia-se uma foto do policial seqüestrado tendo acima um cartaz com os dizeres: “*El sangre derramado no será negociado!*”, ao lado de uma foto de Che Guevara. Abaixo a imagem do policial seqüestrado que seria submetido ao julgamento popular. Outra atividade divulgada pelo jornal era a “*limpeza dos bairros*”. O jornal convidava os moradores dos bairros populares a denunciarem os colaboradores da polícia.

Estrella Roja também divulgava um tipo de seqüestro específico que o ERP realizava: o seqüestro de executivos de grandes companhias estrangeiras que, em troca de seu funcionário, deviam distribuir alimentos, remédios, roupas e até ambulâncias em bairros pobres. Um dos casos que maior repercussão teve foi o seqüestro de um executivo da ESSO. Depois de alguma negociação a companhia pagou boa parte do que o ERP exigia.

Este é um ponto interessante para a reflexão. No Brasil as organizações armadas não faziam divulgação de suas ações. Menos ainda de seus “*justicamentos*” que eram, de certa forma, mantidos quase em segredo. **Estrella Roja**, órgão do ERP, praticava, divulgava e defendia o conceito de “*violência revolucionária*” procurando trazer o povo argentino para esta prática.

A ditadura militar instaurada em 1976 derrotou a guerrilha e aniquilou a esquerda argentina. Em função deste aniquilamento, o protagonismo da luta pela restauração democrática esteve nas mãos dos grupos de direitos humanos e dos familiares de presos e desaparecidos políticos. Entre eles, o grupo que ganhou maior notoriedade foi o das *Mães da Praça de Maio*. Entre 1976 e 1983 (quando caiu a ditadura desgastada pela derrota na guerra das Malvinas) desapareceram cerca de 30.000 pessoas, a maioria delas era composta por jovens ligados á organizações de esquerda armadas. Com isso muitos autores falam em “*genocídio*” ou “*extermínio de uma geração*”.

O enquadramento da luta armada na memória argentina sofreu diferentes etapas, como mostrou Andréas Huysen no texto “*Resistência á memória: usos e abusos do esquecimento público*”¹⁶ Num primeiro momento, os desaparecidos políticos eram apresentados pelas Mães da Praça de Maio como vítimas inocentes. Num segundo momento, produzido principalmente pela organização HIJOS, os desaparecidos foram apresentados como militantes políticos, guerrilheiros idealistas e revolucionários. Os filhos dos desaparecidos queriam ver seus pais como protagonistas de suas histórias políticas, não apenas como vítimas inocentes, mas militantes atuantes. Num terceiro momento a própria atuação destes militantes – a radicalização política, a violência – foi também questionada.

Em 2005 ascendeu-se um debate a propósito de uma carta escrita pelo filósofo Oscar del Barco, para a revista cordobesa “**La Intempérie**” em dezembro de 2004. Esta

¹⁵ Estrella Roja, N. 23, 1972, Acervo CEDINCI.

¹⁶ Huysen, Andréas. “Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público” mimeo.

carta, por sua vez, tinha sido provocada por uma reportagem, publicada na mesma revista, entre outubro e novembro daquele ano, na qual, Héctor Jouvé, ex-militante do *Ejército Guerrillero del Pueblo*, falava a respeito do *justicamento* de dois jovens durante uma tentativa de estabelecimento de uma unidade de guerrilha em Salta no norte da Argentina. Esta guerrilha – que foi uma das primeiras experiências armadas argentinas – ocorreu nos primeiros anos da década de 1960 e foi totalmente aniquilada pelo governo.

Durante o período que se tentava instalar o foco guerrilheiro dois militantes do EGP, Adolfo Rotblat e Bernardo Groswald, quiseram abandonar a luta e se retirar da região. Foram considerados traidores e perigosos para a segurança dos outros, e foram fuzilados pelos próprios companheiros. Dois militantes do EGP foram acusados de participação nestes fuzilamentos: Hectór Jouvé e Frederico Méndez. Foram condenados à prisão perpétua e anistiados, alguns anos depois, por indulto do presidente Héctor Cámpora (1973).

Na entrevista concedida à revista **La Intempérie**, no final do ano de 2004, quarenta anos depois do corrido, Jouvé falou sobre este episódio e trouxe à tona a questão do justicamento no interior das organizações guerrilheiras. Logo no mês seguinte a mesma revista publicou a carta de Oscar del Barco. Na carta seu autor declarava sua comoção com a entrevista de Jouvé e fazia uma crítica profunda à luta armada. Oscar del Barco é um intelectual respeitado e ligado ao campo das esquerdas. Foi comunista mas deixou o PC para criar a revista política **Pasado y Presente**. Foi um dos responsáveis pela introdução do pensamento de Gramsci na cultura de esquerda argentina. E havia sido, ele próprio, um apoiador da guerrilha de Salta nos anos 60. E, por isso mesmo, sua carta teve forte impacto no campo da intelectualidade de esquerda argentina. A partir dela, várias cartas foram enviadas para a direção da revista **La Intempérie** – umas a favor das questões colocadas por del Barco, outras contra. Nem todas foram publicadas mas todas circularam amplamente pela internet. O ponto principal levantado por del Barco é a condenação da violência política, em especial a condenação dos assassinatos políticos – sejam eles quais forem:

*“(...) no existe ningún “ideal” que justifique la muerte de un hombre, ya sea del general Aramburu, de un militante o de un policía. El principio que funda toda comunidad es el no matarás. No matarás al hombre porque todo hombre es sagrado y cada hombre es todos los hombres”.*¹⁷

Sua carta faz uma crítica à lógica da violência política – que, para ele, reitera e amplia a violência, embora os que a empregam geralmente se considerem justos e justificados historicamente.

A revista **Políticas de la Memoria**¹⁸ em sua edição de verão 2006/2007 apresentou um dossier sobre violência e política nos anos 60/70 intitulado: “*Outra vez los 70? Debates e intervenciones a raíz de la carta de Oscar del Barco*”, no qual são analisadas as questões apontadas por del Barco e os argumentos que foram levantados a favor e contra ele. No artigo “*Notas para una crítica de la razón instrumental: a*

¹⁷ Carta de Oscar del Barco, Revista La Intempérie, dezembro de 2004. Ao final desta texto reproduzimos a carta de del Barco.

¹⁸ “Políticas de la Memoria” é o anuário de investigação e informação do CEDINCI (*Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izqueirda*).

*propósito del debate em torno a la carta de Oscar del Barco*¹⁹, publicada na revista **Políticas de la Memoria**, Horácio Tarcus historiador e diretor do *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierda* (DECINCI) faz uma análise dos pontos levantados por del Barco e dos argumentos de seus opositores. Para Tarcus, o principal mérito da carta foi ter provocado um debate ético-político sobre a luta armada na Argentina, derrubando um muro de silêncio que se estabelecia em torno deste tema, considerado “delicado” e “perigoso” de ser abordado. Tarcus escreve que havia como que um “pacto de silêncio” entre as esquerdas que evitavam qualquer discussão mais profunda sobre a experiência de luta armada. O pacto implicava não ir além do reconhecimento de alguns “erros táticos” das esquerdas armadas. Entre eles: “desvios militaristas”, “isolamento em relação à sociedade e às massas populares” e, no limite, “subestimação da democracia”²⁰. Além destes pontos, não se podia avançar no questionamento e na crítica à luta armada. Para Tarcus, a carta de del Barco teria ido **além** deste limite e instaurado um debate que a esquerda, durante décadas, evitara enfrentar.

Tarcus em seu artigo, analisa também as causas que, ao longo destes 30 anos, calaram este debate e impediram que se avançasse numa reflexão sobre este tema. Em primeiro lugar, a mais óbvia de todas: a inaudita repressão que se abateu sobre as esquerdas a partir de 1976, não tornava propício este debate. Havia, por parte do campo das esquerdas, uma necessidade jurídico-política de centralizar o foco na denúncia do terrorismo de Estado, para se tentar fazer justiça. Além do que havia também o medo de que qualquer questionamento em relação à violência da esquerda, poderia resvalar na “teoria dos dois demônios” e, com isso, “fazer o jogo do inimigo”.

Este ponto carece de uma explicação um pouco mais detalhada para os leitores brasileiros. Após o fim do regime militar o presidente Raul Afonsin fez um discurso em que declarava que a sociedade argentina estivera refém, durante os anos da ditadura militar, de dois demônios: as forças repressoras e os grupos guerrilheiros. Esta tese ficou conhecida como a “teoria dos dois demônios” e foi fortemente combatida pela esquerda que chamou a atenção para o fato de que não se poderia equiparar a atuação dos grupos de esquerda com a ação das Forças Armadas, organizadas, com um poder de fogo muitíssimo maior e com todo o aparato estatal a sua disposição para a realização de prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos políticos, organização de campos de concentração, seqüestros de crianças, etc. Não se poderia comparar o terrorismo de Estado às ações dos grupos de esquerda. Permitir esta comparação era propiciar a impunidade das autoridades militares responsáveis pelo horror que acontecera. A sociedade civil organizada argentina (pelo menos aquela que estava comprometida com as demandas de justiça e verdade e articulada com grupos de direitos humanos) rejeitou, então, a “teoria dos dois demônios”. Aceitar e difundir esta teoria era dificultar o processo político de exigir reparação e punição das autoridades do Estado. O que Horácio Tarcus argumenta é que o medo de se aproximar do enunciado da “teoria dos dois demônios” teria impedido a esquerda de refletir sobre os **seus** atos e os **seus** erros.

Beatriz Sarlo já havia apontado este efeito inibidor da discussão autocrítica provocado pela “teoria dos dois demônios”. Numa entrevista dada à revista de ciências sociais **“Las Trampas de la Memoria”**, em 9 de outubro de 2005, Sarlo questiona os processos de memória vinculados aos anos 70. Para ela, alguns documentos de memória desta época estão sendo convertidos em ícones de uma “nova religião cívica” e afirma

¹⁹ Tarcus, Horacio, IN: Políticas de la Memoria, Buenos Aires, CEDINCI, 2006/2007.

²⁰ Tarcus, IN: Políticas de la Memoria, N. 6/7, 2006/2007..pp 14-15.

que a tarefa de *entender* é mais importante do que a de *recordar*. E finaliza a entrevista concordando com Horácio Tarcus:

“La teoría de los dos demonios impide pensar por temor a tocar puntos incómodos. Y vuelvo a evocar los primeros años de la transición democrática y una frase que escribí que me valió muchas críticas terribles. Yo dije: “Sabemos lo que los militares nos hicieron a nosotros, ahora pensemos lo que hicimos nosotros”. Esa frase, que hoy sonaría tímida, fue contestada con la teoría de los dos demonios. Es decir que, para algunos, si pensábamos lo que habíamos hecho nosotros, estábamos equiparando lo que hizo el terrorismo de Estado con las acciones de los militantes revolucionarios. La teoría de los dos demonios es un chantaje fuerte.”²¹

A história e a memória sobre a luta armada no Brasil e na Argentina são, portanto, muito diferentes e chamam atenção para as diferenças não apenas dos processos políticos mas também das diferentes culturas políticas que vêm se desenvolvendo nos dois países. A Argentina tem evidenciado processos políticos muito mais marcados pela violência e pelo confronto, já o Brasil tem tido a marca da negociação e da conciliação no enfrentamento de suas questões políticas. Estas marcar redundam em processos diferenciados, histórias distintas e diferentes enquadramentos da memória do passado recente. Estas diferenças produzem também diferentes problemas, diferentes desafios para a consolidação da democracia nos dois países.

Referências bibliográficas:

- ARAUJO, Maria Paula “*Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*”, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HUYSEN, Andréas. “Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público” mimeo.
- JELIN, Elizabeth, “Memorias em conflicto”, PUENTES, Buenos Aires, N. 1, agosto, 2000.
- POLLAK, Michel “*Memória, esquecimento e silêncio*”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 2, N.3, 1989.
- SARLO, Beatriz “Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo”, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007.
- SVAMPA, Maristella, “*El populismo imposible y sus actores, 1973-1976*” IN: James, Daniel (Org.) Nueva Historia Argentina, Vol. IX, Buenos Aires ,Editorial Sudamericana, 2000.

²¹ Entrevista com Beatriz Sarlo na revista “Lãs Trampas de La memoria”, de 09/10/2005, reproduzida no Dossiê Eletrônico Lucha Armada..

TARCUS, Horacio, *Notas para una crítica de la razón instrumental: a propósito del debate em torno a la carta de Oscar del Barco* Políticas de la Memoria, Buenos Aires, CEDINCI, 2006/2007.

Acervos:

Acervos documetais:

Revistas políticas e político-culturais do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierda (CEDINCI).

Acervos Oraís:

“Memórias de Esquerda”, Laboratório de Estudos do tempo Presente (IFCS/UFRJ)

“Memória do Movimento Estudantil” Projeto MME.

Filmografia:

“Ação entre amigos”, de Beto Brandt (Brasil, 1998).

“Cabra Cega”, de Toni Ventura (Brasil, 2004)

“O que é isso, companheiro?” de Bruno Barreto (Brasil, 1997)